SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL
TELEFONE: (48) 3721-9287 – FAX: (48) 3721-9973 – E-mail: ppgd@contato.ufsc.br

CURRÍCULO DO MESTRADO

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

Área de Concentração	Linhas de Pesquisa
Teoria e História do Direito	Historicismo, Conhecimento Crítico e Subjetividade
	Controle Social e Sistemas de Justiça
Direito, Estado e Sociedade	Constitucionalismo, Democracia e Organização do Estado
	Direito Privado, Processo e Sociedade de Informação
Direito Internacional e Sustentabilidade	Direito Internacional, Econômico e Comércio Sustentável
	Direito Ecológico e Direitos Humanos

RESUMO DOS CRÉDITOS EXIGIDOS

Descrição	Créditos Necessários
Mínimo de Créditos a serem cumpridos em disciplinas	21
Créditos a validar em Atividades Complementares	3
Créditos atribuídos em Eventos de Conclusão de Curso	6
MÍNIMO DE CRÉDITOS TOTAIS A SEREM CUMPRIDOS	**30**

MODALIDADES DE DISCIPLINAS

Tipo de Disciplina	Créditos por Atividade	Créditos Necessários
Obrigatórias Comuns a Todas as Áreas de Concentração	3	6
Eletivas Comuns a Todas as Áreas do Direito	3	6
Eletivas de Área Conexa	**Conforme cursados**	3
Eletivas por Área de Concentração	3	6
Mínimo de créditos a serem cumpridos em disciplinas		**21**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL
TELEFONE: (48) 3721-9287 – FAX: (48) 3721-9973 – E-mail: ppgd@contato.ufsc.br

DISCIPLINAS

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CRÉDITOS
DIR-410101	Fundamentos e Metodologia do Ensino do Direito	3
DIR-410110	Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito	3

Disciplinas obrigatórias
Conforme o Regimento do Programa, devem ser cursadas no ano de ingresso do aluno no Curso.

DISCIPLINAS ELETIVAS COMUNS A TODAS AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CRÉDITOS
DIR-410218	Direitos Sociais e Sistema de Justiça	3
DIR-410243	Ecologização do Direito	3
DIR-410249	Fundamentos de Direito Econômico	3
DIR-410271	Hermenêutica Jurídica	3
DIR-410238	História da Cultura Jurídica	3
DIR-410128	Política Internacional	3
DIR-410250	Sociedade do Conhecimento	3
DIR-410248	Teoria Crítica dos Direitos Fundamentais	3
DIR-410129	Teoria do Direito	3
DIR-410236	Brazilian Legal System *	3

Disciplinas obrigatórias
Conforme o Regimento do Programa, devem ser cursadas no ano de ingresso do aluno no Curso.

DISCIPLINAS ELETIVAS DE ÁREA CONEXA

Disciplinas de Área Conexa
Disciplinas escolhidas pelo aluno, conjuntamente com o seu orientador, entre disciplinas da própria área de concentração, entre disciplinas eletivas comuns, entre disciplinas pertencentes a outras áreas de concentração ou entre disciplinas de outros Cursos (na UFSC ou fora dela).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL
TELEFONE: (48) 3721-9287 – FAX: (48) 3721-9973 – E-mail: ppgd@contato.ufsc.br

DISCIPLINAS ELETIVAS POR ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

I. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CRÉDITOS
DIR-410251	Teoria da Argumentação Jurídica	3
DIR-410123	Direito e Literatura	3
DIR-410252	Direito e Religião	3
DIR-410145	Direito e Subjetividade	3
DIR-410253	Direito Romano e Produção do Conhecimento Jurídico	3
DIR-410254	Filosofia Aplicada ao Processo	3
DIR-410146	Filosofia do Direito	3
DIR-410245	História do Direito Penal	3

II. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO INTERNACIONAL E SUSTENTABILIDADE

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CRÉDITOS
DIR-410141	Análise Econômica do Direito	3
DIR-410171	Cátedra Jean Monnet de Integração Regional	3
DIR-410172	Direito Ambiental Internacional	3
DIR-410173	Direito da Propriedade Intelectual e Desenvolvimento	3
DIR-410255	Direito Econômico	3
DIR-410174	Direito Econômico Internacional	3
DIR-410246	Direito Internacional e Inovação Tecnológica	3
DIR-410256	Direito Internacional, Supranacionalidade e Transnacionalidade	3
DIR-410257	Direito para o Comércio e os Negócios Internacionais Sustentáveis	3
DIR-410239	Direito Tributário Internacional	3
DIR-410244	Epistemologia Ambiental	3
DIR-410219	Formas Alternativas de Resolução de Conflitos	3
DIR-410225	Juridicidade do Risco e Dano Ambiental	3
DIR-410180	Organizações Internacionais	3
DIR-410182	Solução de Controvérsias Internacionais	3
DIR-410258	Sustentabilidade e Direito	3
DIR-410184	Teoria e História do Direito Internacional	3
DIR-410273	Internacional Economic Law *	3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL
TELEFONE: (48) 3721-9287 – FAX: (48) 3721-9973 – E-mail: ppgd@contato.ufsc.br

DISCIPLINAS ELETIVAS POR ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

III. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO, ESTADO E SOCIEDADE

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CRÉDITOS
DIR-410242	Análise Econômica do Direito de Empresa e dos Contratos	3
DIR-410259	Bioética	3
DIR-410121	Cidadania e Direitos Humanos	3
DIR-410201	Constitucionalismo Contemporâneo	3
DIR-410206	Direito Constitucional Tributário	3
DIR-410207	Direito da Criança e do Adolescente e Sistema de Justiça	3
DIR-410260	Direito de Danos	3
DIR-410211	Direito e Fraternidade	3
DIR-410213	Direito, Informática e Sociedade	3
DIR-410261	Direito, Saúde Pública e Meio Ambiente	3
DIR-410262	Direitos Fundamentais: Metodologia e Jurisprudência	3
DIR-410247	Federalismo e Organização dos Poderes	3
DIR-410223	Fundamentos do Direito Tributário	3
DIR-410179	Governo Eletrônico na Sociedade em Rede	3
DIR-410263	Liberdade de Expressão	3
DIR-410264	Negociação e Mediação	3
DIR-410265	Novos Rumos do Acesso à Justiça e do Processo	3
DIR-410266	Obrigações e Sistema de Justiça	3
DIR-410267	Obrigações Negociais	3
DIR-410228	Processo e Acesso à Justiça	3
DIR-410268	Processo e Conformidade	3
DIR-410229	Processo e Constituição	3
DIR-410269	Processo e Execução	3
DIR-410230	Processo e Jurisdição	3
DIR-410270	Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo	3
DIR-410241	Sociedade de Massa e Hiperconsumo	3
DIR-410240	Teoria Constitucional	3
DIR-410220	Fundamentos do Direito Administrativo	3

*** Disciplinas exclusivamente lecionas em Inglês**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL
TELEFONE: (48) 3721-9287 – FAX: (48) 3721-9973 – E-mail: ppgd@contato.ufsc.br

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS – 1 crédito

ATIVIDADE	CRÉDITOS
Seminário de Integração	1

Seminário de Integração
Constituí pré-requisito para a matrícula nas disciplinas e nas demais atividades do Curso de Mestrado.

ATIVIDADES ELETIVAS – 2 créditos

ATIVIDADE		CRÉDITOS
ESTÁGIO DE DOCÊNCIA		**Até 2**
	Estágio de Docência em disciplina de 36 horas-aula	1
	Estágio de Docência em disciplina de 72 horas-aula	2

Estágio de Docência
Atividade de caráter aplicado, envolvendo planejamento e ministração de disciplina em nível de graduação, sob a supervisão do docente responsável. Está regulado pela Resolução nº 002/CPGD/DIR/2002.

ATIVIDADE		CRÉDITOS
ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO		**Até 2**
	Participação, como membro titular, em Bancas Examinadoras de TCCs do Curso de Graduação em Direito da UFSC.	0,5 por banca
	Co-orientação de TCCs do Curso de Graduação em Direito da UFSC.	0,5 por orientando
	Publicações científicas em editoras com conselho editorial e periódicos com conselho editorial e registro, ou equivalente eletrônico. ▪ Livros, capítulos de livros, coordenação ou organização de livros, artigos em revistas	Até 2,0 pelo conjunto
	Assistência de defesas de teses e de dissertações no PPGD/UFSC, com elaboração de Relatório Circunstanciado de Atividades.	0,5 por uma tese ou 2 dissertações
	Participação em evento científico, com apresentação de trabalho. ▪ Como painelista ou conferencista ▪ Painelista ou conferencista, com publicação em anais	Conforme evento 0,5 por evento 1,0 por evento
	Projetos de extensão na UFSC, devidamente aprovado e registrado.	Até 0,5 por atividade

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL
TELEFONE: (48) 3721-9287 – FAX: (48) 3721-9973 – E-mail: ppgd@contato.ufsc.br

ATIVIDADES DE CONCLUSÃO DE CURSO	
ATIVIDADE	**CRÉDITOS**
Defesa do Projeto de Dissertação (Qualificação)	1
Defesa da Dissertação de Mestrado	5

CRONOGRAMA DO CURSO DE MESTRADO

ATIVIDADE	PRAZO PARA CUMPRIMENTO
Seminário de Integração	Início do primeiro trimestre letivo.
Disciplinas Obrigatórias e Eletivas	Primeiro ano do Curso (no ano de ingresso).
Atividades Complementares (Estágio de Docência e Atividades de Orientação, pesquisa e extensão)	Devem ser validadas até o final do 1º semestre do 2º ano do Curso. O Estágio de Docência é atividade obrigatória para bolsistas.
Depósito do Projeto de Dissertação para Defesa Pública	Prazo não inferior a 15 dias, contados regressivamente da data marcada para a defesa.
Defesa do Projeto de Dissertação	Final do 15º mês, em prazo contado incluindo o mês de ingresso.
Relatórios Trimestrais (obrigatórios após a conclusão das disciplinas)	No período de matrículas para o trimestre seguinte. O aluno que concluiu as disciplinas deverá matricular-se em Projeto de Dissertação ou Orientação de Dissertação (caso já tenha defendido o Projeto).
Depósito da Dissertação para Defesa Pública	Prazo não inferior a 30 dias, contados regressivamente da data marcada para a defesa.
Defesa Pública da Dissertação	24 meses contados da data de ingresso.
Depósito da Versão Definitiva da Dissertação	30 dias a partir da data da defesa pública. Em caso de haver necessidade de modificações significativas, indicadas expressamente em ata, o prazo se estende por 60 dias.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL
TELEFONE: (48) 3721-9287 – FAX: (48) 3721-9973 – E-mail: ppgd@contato.ufsc.br

DISCIPLINAS E EMENTAS DO CURSO DE MESTRADO

DISCIPLINA	EMENTA
Fundamentos e Metodologia da Pesquisa em Direito	Pressupostos e fundamentos da ciência contemporânea: as diversas abordagens epistemológicas. Especificidades das ciências sociais e da Ciência do Direito. Pesquisa em Direito: conceito, classificação, métodos. Etapas da pesquisa em Direito: levantamento de dados, registro de informações e redação do relatório. Elaboração de um projeto de pesquisa em Direito: estrutura e conteúdo. Artigo científico. Dissertação de Mestrado.
Fundamentos e Metodologia do Ensino do Direito	Pressupostos e fundamentos da educação contemporânea: as diversas abordagens do processo de ensino-aprendizagem. Ensino do Direito no Brasil: história e legislação. Formação docente. Educação ambiental. Estratégias de ensino e didática. Planejamento de curso e avaliação. Relação professor-aluno.
Direitos Sociais e Sistema de Justiça	Definição, divisão, autonomia e interpretação dos direitos sociais. A história do Direitos Social: a Revolução Francesa; a Revolução Industrial; a Constituição Mexicana de 1917; o Tratado de Versalhes de 1919; a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os direitos sociais e as Constituições Brasileiras. Direitos Sociais e Acesso à Justiça. Os Direitos Sociais e as novas tecnologias.
Ecologização do Direito	Houve uma verdadeira difusão da norma ambiental quer na perspectiva do direito internacional, bem como do sistema normativo doméstica e dos blocos econômicos, proveniente principalmente da apropriação ilimitada do bem ambiental e vários outros fatores. Este fenômeno é teoricamente conhecido como a ecologização do direito. Um importante desafio quanto ao direito ambiental (ecológico) é a discrepância existente entre a legislação, os objetivos ambientais formalmente adotados e o que acontece na prática, observando uma certa função simbólica. Relevante para a temática estudar e pesquisar o Estado de Direito Ecológico e seus fundamentos epistemológicos, bem como os problemas ambientais de

	primeira e segunda gerações.
Análise Econômica do Direito	A Teoria Econômica e o Direito: O fenômeno econômico e as leis econômicas; A eficiência econômica; As leis básicas de uma Economia de Mercado: A Teoria da Utilidade, A Teoria do Consumidor e a Teoria da Produção e do Custo; A Teoria da Firma e a Organização do Mercado; A Análise de Custo e Benefício; A Escola Law and Economics: Aspectos Históricos; Enfoques; Embasamento Filosófico; Precursores Teóricos; As Teorias de Guido Calabresi, Guido Alpa, Ronald Coase e Richard A Posner; A crítica. O Direito Econômico e a Constitucionalização Econômica Brasileira sob o enfoque da Análise Econômica do Direito. Análise da Ordem Econômica na Constituição Brasileira de 1988. Teoria Econômica aplicada.
Fundamentos de Direito Econômico	A Teoria Econômica e o Direito; O fenômeno econômico e as leis econômicas; A eficiência econômica; As leis básicas da Economia de Mercado: A Teoria da Utilidade, A Teoria do Consumidor, a Teoria da Produção e do Custo; A Teoria da Firma e a Organização do Mercado; A Análise de Custo e Benefício; A Ciência Econômica e o Direito; O Desenvolvimento e a Estruturação do Direito Econômico; Do Ordenamento Jurídico da Produção, da Circulação, da Repartição, do Consumo, do Investimento e da Poupança; Da Ordem Jurídico-Econômica Internacional; O Direito Constitucional Econômico Brasileiro, Direito Constitucional Econômico Comparado, Direito e Economia - (Law and Economics) e especial ênfase ao Direito da Concorrência e à Defesa Comercial.O Direito Econômico e a Constitucionalização Econômica Brasileira sob o enfoque da Análise Econômica do Direito; Conceito de Constituição Econômica; O Conteúdo Econômico nas Constituições; Evolução Histórica do Direito Econômico nas Constituições; A Constituição Econômica na história das constituições Brasileiras; Análise da Ordem Econômica na Constituição Brasileira de 1988; Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica; Das Normas de Direito Econômico; A moderna técnica analítico-interpretativa constitucional: Law and Economics; ALaw and Economics e os Princípios Constitucionais da Ordem Econômica. A Escola Law and Economics; Aspectos Históricos; Enfoques da Law and Economics; Embasamento Filosófico da Law and Economics; Precursores Teóricos; As Teorias de Guido Calabresi, Guido

	Alpa, Ronald Coase e Richard A Posner; A crítica;
Hermenêutica Jurídica	Hermenêutica Jurídica - Principais ecolas hermenêuticas . Especificidades e conceito da hermenêutica jurídica. Os modos de produção do Direito. Hermenêutica e construção do Direito. Hermenêutica jurídica e jurisprudência. Lógica jurídica e hermenêutica. Interpretação do Direito. Integração do Direito. Antinomias jurídicas.
História da Cultura Jurídica	Arqueologia e genealogia da ciência do direito internacional; Pressupostos da ciência do direito internacional Direito internacional reforma e contra-reforma. Contratualismo e direito internacional. Iluminismo e direito internacional. Escolas na ciência do direito internacional entre os séculos XIX e século XX.
Política Internacional	Fundamentos e objetivos da política internacional. Teorias da política internacional. O poder dos Estados-Nação. A nova ordem internacional em construção: limites e perspectivas. Assimetrias Norte-Sul. O papel da ONU. Direito internacional. Ética global e Direitos Humanos. Direito ao Desenvolvimento. Politica ambiental internacional.
Sociedade do Conhecimento	O processamento eletrônico da informação jurídica. O uso do computador na administração da justiça, no processo legislativo e análise da jurisprudência. O cidadão frente à tecnologia de ponta: a invasão à privacidade, o desemprego. Aspectos práticos da aplicação do computador à Ciência do Direito. O mundo digital e a Sociedade da Informação. A sociedade do espetáculo. Meios de comunicaçao como extensoes do homem. Riscos da modernidade. Ciência para uma vida sustentável.
Teoria Crítica dos Direitos Fundamentais	Democracia e Direitos Fundamentais. A teoria geral dos direitos fundamentais. Os direitos fundamentais na Constituição brasileira de 1988. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade.
Teoria do Direito	Teoria do Direito. Especificidade da Teoria do Direito. Evolução Histórica da Teoria do Direito. Problemas e Temas Relevantes de Teoria do Direito. Tendências atuais da Teoria do Direito.

Brazilian Legal System	History os Brazilian Law. Representatives of the Theory of Law in Brazil. Brazilian constitucional system: institutional Law. Brazilian constitucional system: fundamental rights and guarsntees. Brazilian tax Law. Brazilian conflict of Laws. Brazilian private Law. Brazilian Civil Procedure. Brazilian Economic Law. Legal protection of environment in Brazil.
Teoria da Argumentação Jurídica	Discurso jurídico. Perspectivas teóricas da argumentação jurídica. Verdade, mediação transformativa e consenso. Linguagem e argumentos. Auditórios. Construção argumentativa: espécies de argumentos e falácias. Racionalidade Jurídica.
Direito e Literatura	Conexões entre o Direito e a Literatura. Teoria do Direito e teoria da literatura. Interpretação e hermenêutica. Narrativa jurídica e narrativa literária. Figuras de linguagem. Aspectos históricos do Direito e da Literatura. Construção de uma teoria do Direito e Literatura.
Direito e Religião	
Direito e Subjetividade	Direito e psicanálise: uma interlocução possível. Legalidade e subjetividade. A Lei e as leis.
Direito Romano e Produção do Conhecimento Jurídico	
Filosofia Aplicada ao Processo	
Filosofia do Direito	Filosofia do Direito. Especificidade da Filosofia do Direito. Evolução Histórica da Filosofia do Direito. Problemas e Temas Relevantes da Filosofia do Direito. Tendências atuais da Filosofia do Direito.
História do Direito Penal	Justiça criminal pré-moderna: justiça negociada, justiça hegemônica. Iluminismo Penal. Codificação penal e autonomia científica do Direito Penal. Regimes jurídicos da exceção: duplo nível da legalidade penal. "Escolas" de Direito Penal. Direito Penal e autoritarismos. Direito Penal e constituição. Direito Penal transnacional.

Cátedra Jean Monnet de Integração Regional	Organizações Internacionais de Integração Regional. A integração europeia. A Arquitetura político-institucional da União Europeia. Soberania e Supranacionalidade. Direito da União Europeia. Dimensões políticas, jurídicas e sociais da integração na Europa e na América do Sul. Direito da Integração.
Direito Ambiental Internacional	Gênese e o desenvolvimento do Direito Ambiental Internacional. As fontes, normas e princípios do DAI. Os regimes de proteção das águas internacionais, do ambiente marinho, da atmosfera e da biodiversidade. Construção do conhecimento sobre o Direito Ambiental Internacional a partir de análise de casos emblemáticos.
Direito da Propriedade Intelectual e Desenvolvimento	Direito e desenvolvimento econômico no plano internacional. Concorrência empresarial. Globalização do Direito Internacional da Propriedade Intelectual. OMPI, OMC, Blocos Econômicos. Avaliação das posições mais destacadas de países relevantes. Estudo de casos. Análise crítica do debate sobre a propriedade intelectual.
Direito Econômico	Parte Geral: A Teoria Econômica e o Direito; O fenômeno econômico e as leis econômicas; A eficiência econômica; As leis básicas da Economia de Mercado: A Teoria da Utilidade, A Teoria do Consumidor, a Teoria da Produção e do Custo; A Teoria da Firma e a Organização do Mercado; A Análise de Custo e Benefício; O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência:Aspectos históricos do Direito da Concorrência; Definição de Mercado relevante; Princípios norteadores do Direito Concorrencial; O Direito Concorrencial e o poder econômico no mercado; Abuso de posição dominante; Processo de formação dos preços no mercado; Controle do poder econômico no mercado; Estruturas de organização do poder no mercado; Práticas restritivas das concentrações verticais; Práticas restritivas das concentrações horizontais; Regra da Razão; Direito Administrativo da Concorrência no Brasil: Lei 12.529, de 30/11/2011:A Lei 12.529, de 30/11/2011 como sucedânea da Lei 8.884, de 11/06/1994;Das disposições gerais: finalidade e territorialidade; Do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; Do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; Da Estrutura Organizacional do CADE; Do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica; Da

	Superintendência-Geral; Da Procuradoria Federal junto ao CADE; Do Departamento de Estudos Econômicos; Da Secretaria de Acompanhamento Econômico; Do Ministério Público Federal perante o CADE; Do patrimônio, das receitas e da gestão administrativa, orçamentária e Financeira;Das infrações da ordem econômica; Das infrações; Das penas; Da prescrição; Das diversas espécies de processo administrativo; Do processo administrativo no controle de atos de concentração econômica; Do processo administrativo na Superintendência-Geral; Do processo administrativo no Tribunal; Do recurso contra decisão de aprovação do ato pela superintendência-geral; Do inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica e do Procedimento preparatório; Do processo administrativo para a imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica; Da medida preventiva; Do compromisso de cessação; Do programa de leniência; Do controle de concentrações; Dos atos de concentração; Do acordo em controle de concentrações; Da execução judicial das decisões do CADE; Do processo; Da intervenção judicial; Do Direito da Regulação de Mercados;Teoria da Regulação administrativa de mercados; Serviços públicos e regulação estatal: caso dos monopólios naturais; Agências reguladoras brasileiras; Direito Penal Econômico; Crimes contra a Ordem Econômica: Abuso do poder econômico; O bem jurídico nos crimes econômicos; Dos crimes contra a livre concorrência; Dos crimes contra a Economia Popular; Dos crimes contra as Relações de Consumo; A responsabilidade penal das pessoas coletivas; A Law and Economics e a Ordem Constitucional Econômica de 1988;Análise Econômica da Livre concorrência; A Teoria Econômica aplicada à Política Antitruste; Análise Econômica da Relação de Consumo; Análise Econômica da Regulação de Mercados (Regulação Administrativa); A Escola Law and Economics e o AntitrustBrasileiro;Parte Especial: Análise da Ordem Econômica na Constituição Brasileira de 1988: Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica; Análise Econômica da Legislação Antitruste, Análise Econômica da Legislação do Consumidor e Análise Econômica da Regulação de Mercados (Regulação Administrativa).A Escola Law and Economics; Aspectos Históricos; Enfoques da Law and Economics; Embasamento Filosófico da Law and Economics; Precursores Teóricos; As Teorias de Guido Calabresi, Guido Alpa, Ronald

	Coase e Richard A Posner; A crítica; O Direito Econômico e a Constitucionalização Econômica Brasileira sob o enfoque da Análise Econômica do Direito; Conceito de Constituição Econômica; O Conteúdo Econômico nas Constituições; Evolução Histórica do Direito Econômico nas Constituições; A Constituição Econômica na história das constituições Brasileiras; Análise da Ordem Econômica na Constituição Brasileira de 1988; Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica; Das Normas de Direito Econômico; A moderna técnica analítico-interpretativa constitucional: Law and Economics; A Law and Economics e os Princípios Constitucionais da Ordem Econômica.
Direito Econômico Internacional	Globalização e direito internacional. Produção, câmbio e comercio internacional. Investimentos Estrangeiros. Acordos de comercio. Organização Mundial do Comércio. Desenvolvimento, Meio Ambiente, Direitos Humanos no Direito Internacional Econômico.
Direito Internacional e Inovação Tecnológica	Direito Internacional Privado no Brasil. Contratos Internacionais. Contratos em matéria de investimentos internacionais. Contratos internacionais em matéria de inovação tecnológica. Propriedade intelectual: registro e contratos internacionais em matéria de Propriedade Intelectual. Elementos contratuais do comércio eletrônico no âmbito internacional.
Direito Internacional, Supranacionalidade e Transnacionalidade	Formação do Estado. Sistema Westfaliano. Fundamentos do Direito Internacional. Estado e Globalização. Fundamentos da Supranacionalidade. Comércio e Formação do Mercado Único na União Européia. Comércio e Transnacionalidade.
Direito para o Comércio e os Negócios Internacionais Sustentáveis	Fundamentos jurídicos-econômicos do comércio internacional. GATT/OMC. Regionalismo e Comércio: União Europeia e Mercosul. O fenômeno da globalização. Sustentabilidade comercia: aspectos econômicos e sociais. Comércio Justo/Fair Trade e consumo responsável no âmbito mundial.
Direito Tributário Internacional	Direito Tributário Internacional e Direito Internacional Tributário. Conceito, objeto e fontes. Elementos de conexão. Tratados internacionais sobre direito tributário. Planejamento tributário internacional. Jurisprudência internacional. Preços de transferência. Paraísos fiscais. Tributação no MERCOSUL e na União Européia. A OMC e a

	tributação. Aspectos atuais em Direito. Tributário Internacional.
Epistemologia Ambiental	Conceitos e princípios da Epistemologia Ambiental. Aspectos filosóficos, sociais, políticos e econômicos so saber ambiental. A cultura do Extremo Oriente e a sua visão de ecologia profunda. A ciência como instrumento de controle ambiental. A ecologia como novo paradigma científico. A transdisciplinaridade como uma visão necessária para a compreensão da vida na sua integridade.
Formas Alternativas de Resolução de Conflitos	Aspectos relevantes do conflito. Acesso à justiça e a importância dos meios alternativos de resolução de conflitos. Negociação; mediação; conciliação; rent a judge; ombudsman; arbitragem. A resolução nº 125 do CNJ. A arbitragem no Brasil e a comparação com outros países.
Juridicidade do Risco e Dano Ambiental	Evolução da responsabilização por dano ambiental. Prevenção, precaução e repressão da responsabilidade civil por dano. Juridicidade dano/risco e sua comparação. Dano/risco ambiental futuro. Indenização, restauração e formas de reparação do dano ambiental e jurisprudência da dano ambiental.
Organizações Internacionais	Introdução ao Estado das Organizações Internacionais. Organizações Internacionais de caráter universal e regional. A atuação das Organizações Internacionais na promoção da Paz, da Segurança e dos Direitos Humanos. A participação do Brasil nas Organizações Internacionais.
Soluções de Controvérsias Internacionais	Conflito e cooperação nas relações internacionais. Modos pacíficos e não pacíficos de solução de conflitos internacionais. Sanções. Direito Processual Internacional: jurisdição internacional, cooperação jurisdicional, arbitragem e outros meios de solução de conflitos. Sistemas de solução de controvérsias internacionais nas Organizações Internacionais.

Sustentabilidade e Direito	Desde do relatório deBrundtland, passando pela Rio 92, UNEP, United NationsEnvironmentProgramme, Global Environmental Outlook (GEO5), o programa de meio ambiente das Nações Unidas, o qual serviu de base para a conferência Rio+20 que aconteceu em 2012, tenta se incluir um o desenvolvimento sustentável ou a sustentabilidade como uma pauta de implementação.No âmbito da sustentabilidade, deve-se reavivar a discussão a respeito dos limites ecológicos e esses limites precisam ser definidos e incluídos na estrutura jurídica através de normas claras, compreensíveis e passíveis de implementação. Os limites ecológicos como fatores determinantes do conteúdo das normas legais é talvez o mais próximo que chegaremos de uma melhor efetividade. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas fazem parte da nova Agenda universal do programa da ONU. O sustentabilidade e o direito são temas de suma importância como tema de pesquisa para os operadores jurídicos conhecerem sua contextualização de forma reflexiva.
Teoria e História do Direito Internacional	Arqueologia e genealogia das doutrinas do Direito Internacional: Direito Internacional e religião no mundo antigo. Direito Internacional entre Sacro Império e Civitas Maxima. Direito Internacional na Modernidade. As escolas italiana, austríaca, britânica, francesa, escandinava e belga. Debates entre Direito Internacional e Filosofia do Direito no final do Século XX.
Internacional Economic Law	
Análise Econômica do Direito de Empresa e dos Contratos	Direito de empresa na perspectiva econômica. Fundamentos do direito da empresa e da contratação. Teoria dos incentivos. Relações spot e relações sucessivas. Economia do insider trading e da concorrência desleal. Economia dos conflitos societários. A análise econômica dos acordos de acionistas. Abusos de maioria e de minoria. Contratos empresariais. Limites à liberdade de contratar.
Bioética	
Cidadania e Direitos Humanos	Universo político-conceitual da cidadania: circunscrevendo a cidadania enquanto conceito e práxis. Universo relacional da cidadania: elegendo questões relacionais fundamentais.

	Cidadania e Direitos Humanos. Universo plural da cidadania: situando a construção de cidadanias específicas. Teoria e empiria da cidadania: fazendo a academia dialogar com a rua.
Constitucionalismo Contemporâneo	Debate contemporâneo entre a Teoria Geral do Garantismo e o Neoconstitucionalismo, abordando os aspectos críticos das três teses centrais neoconstitucionalistas, a saber: aproximação ou imbricamento entre Direito e Moral, negação das Fontes Sociais do Direito e a diferença estrutural e argumentativa entre Regras e Princípios. Concepção e aplicação das normas constitucionais e o papel, concepção e estatuto dos direitos fundamentais.
Direito Constitucional Tributário	Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Competência tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição constitucional de receitas tributárias.
Direito da Criança e do Adolescente e Sistema de Justiça	Sociedade, família, criança e adolescente. História da proteção jurídica e social da criança e do adolescente no Brasil. Direito da Criança e do Adolescente: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Doutrinas jurídicas de proteção. O Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança e o adolescente e o ato infracional. A Justiça da Infância e da Juventude. Intervenção e prevenção.
Direito de Danos	Funções da Responsabilidade civil. Direito de Dano em perspectiva comparatista. Evolução da Responsabilidade civil. Fatores de imputação: da culpa ao risco. Conceito de dano indenizável no direito brasileiro. Transformações do nexo de causalidade. Quantificação de danos. Novas espécies de responsabilidade civil. Enriquecimento sem causa.
Direito e Fraternidade	Direito e justiça. Direito e fraternidade. A fraternidade como categoria jurídica. Fraternidade e direitos humanos. Elementos do conceito de fraternidade e de Direito Constitucional. A fraternidade no ordenamento jurídico brasileiro. Relações jurídicas e fraternidade. A produção jurisprudencial e a categoria fraternidade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE
CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL
TELEFONE: (48) 3721-9287 – FAX: (48) 3721-9973 – E-mail: ppgd@contato.ufsc.br

Direito, Informática e Sociedade	Conceito e histórico: O processamento eletrônico da informação jurídica. O uso do computador na administração da justiça, no processo legislativo e análise da jurisprudência. O cidadão frente à tecnologia de ponta: a invasão à privacidade, o desemprego e o "H D " O v z : perspectivas. Aspectos práticos da aplicação do computador à Ciência do Direito
Direito, Saúde Pública e Meio Ambiente	Saúde pública, política e Direito. As normas de saúde pública: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. A proteção da saúde pública no direito brasileiro. Saúde participação popular. Saúde e meio ambiente. Saúde e jurisdição.
Direitos Fundamentais: Metodologia e Jurisprudência	Os direitos em geral. Conceito e função dos direitos fundamentais. A indeterminação semântic das normas de direitos fundamentais. Métodos de Interpretação e de implementação dos direitos fundamentais. Conteúdo dos direitos fundamentais em espécie. Os precedentes do Supremo Tribunal Federal.
Federalismo e Organização dos Poderes	O Estado constitucional. O federalismo. A democracia representativa. O poder legislativo. Processo legislativo. O poder executivo. O poder judiciário e o sistema de justiça. Defesa do estado e das instituições democráticas. Princípios das ordens econômica e social.
Fundamentos do Direito Tributário	Atividade financeira do Estado. Direito Tributário: conceito, autonomia. Teorias referentes à obrigação tributária, fato gerador e crédito tributário. A teoria do lançamento tributário. Planejamento tributário e ilícito fiscal. Tributação e mudança social.
Governo Eletrônico na Sociedade em Rede	O mundo digital e a Sociedade da Informação. Teoria do Estado Moderno. As novas formar de governar. Sociedade da informação. Governo eletrônico: noções iniciais. Teoria Geral da Administração Pública. Evolução da forma eletrônica de governar. Cenários nacional e internacional. Projetos tecnológicos e modelos de negócio em rede. E-participação, e-Cidadania e e-democracia. Urna eletrônica.

Liberdade de Expressão	A liberdade de expressão como ideal político e como direito positivo. O problema dos limites. A teoria dos atos da fala. A regra da neutralidade ideológica. A proibição da censura. As razões de proteção. A relação com os direitos alheios. Categorias protegidas e não protegidas. A liberdade de expressão na jurisprudência.
Negociação e Mediação	Bioética: gênese e evolução. Bioética:princípios e matrizes culturais. Bioética do cotidiano e Bioética de fronteira. Progresso Tecnocientífico e bioética. Pesquisa com seres humanos. Políticas Populacionais. Técnicas de reprodução assitida. Aborto. Transplante de órgãos. Eutanásia.
Novos Rumos do Acesso à Justiça e do Processo	
Obrigações e Sistema de Justiça	Novos princípios contratuais. Concretização dos princípios contratuais modernos. Pautas interpretativas para alguns contraltos em espécie. Modificações da teoria geral das obrigações e da teoria geral dos contraltos no novo Código Civil. Teoria contractual contemporânea, novos direitos e a tutela dos hipossuficientes em uma sociedade massificada. Arbitragem, clausal comrpomissória e autonomia da vontade.
Obrigações Negociais	Tópicos avançados do Direito das Obrigações Negociais. Contratos. Teoria Geral das Obrigações. Interface entre Obrigações Negociais e Responsabilidade Civil. Interface entre Obrigações Negociais e Enriquecimento sem causa. Teoria Geral do Negócio Jurídico e Obrigações Negociais.
Processo e Acesso à Justiça	Direito Processual, Teoria do Processo e Processo. Evolução histórica do processo. Processo e acesso à justiça. Institutos fundamentais do processo: uma leitura crítica. Meios de impugnação das decisões judiciais. O sistema de precedentes no Brasil.

Processo e Conformidade	Processo e Direitos Fundamentais. Políticas de Conformidade e Compliance. Admissibilidade do Processo e Acordo de Leniência. Termo de Cessação de Conduta e Compliance. Compliance no Âmbito Empresarial. Políticas de Conformidade e Autoria nas Infrações Cometidas no Âmbito da Empresa.
Processo e Constituição	A reconstrução do processo a partir dos direitos fundamentais. O direito de ação em face do direito constitucional. Pressupostos processuais na perspectiva constitucional. Condições da ação e direitos fundamentais. A tutela de urgência e a inafastabilidade do controle jurisdicional em face dos meios e fins processuais. A razoabilidade dos meios processuais e o princípio da fungibilidade. Processo e boa-fé na perspectiva constitucional. Inovações legislativas sob o prisma constitucional.
Processo e Execução	
Processo e Jurisdição	Processo e direitos fundamentais: a função constitucional do processo. Processo e ideologia: passado, presente e futuro. Processo e empirismo: processo e ser. Teoria do fato jurídico aplicada ao processo. Princípios do processo. As relações entre processo e jurisdição. O processo não jurisdicional e o processo jurisdicional. A jurisdição contemporânea. Jurisdição e adequação procedimental. A fundamentação das decisões processuais jurisdicionais e não jurisdicionais. Direito jurisprudencial e processo.
Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo	Evolução histórica da responsabilidade civil nas relações de consumo. Microssistemas da responsabilidade civil nas relações de consumo. Princípios informativos do microssistemas da responsabilidade civil nas relações de consumo. Pressupostos da responsabilidade civil por acidentes de consumo. Responsabilidade civil por danos patrimoniais nas relações de consumo. Responsabilidade civil por danos extrapatrimoniais nas relações de consumo. Excludentes de responsabilidade civil nas relações de consumo. Riscos do desenvolvimento. Prescrição e decadência nas relações de consumo.

Sociedade de Massa e Hiperconsumo	Processo histórico de formação da sociedade de massa. As três fases do capitalismo de consumo. Teorias do consumo. Sociedade e Hiperconsumo. Características principais.
Teoria Constitucional	Constitucionalismo e Democracia. Constituição. Poder Constituinte. Reforma Constitucional. Controle de constitucionalidade. Judicialização da Política.